CENÁRIOS E TENDÊNCIAS

Semana 19/11 a 23/11

No Plenário da Câmara dos Deputados estão pautadas duas Medidas Provisórias: a MP 845/18 (institui o Fundo Nacional de Desenvolvimento Ferroviário) e a MP 846/18 (destina recursos das loterias para cultura e esporte), que devem ser votadas essa semana para não perder sua eficácia. Além das MPV's, há também o PLP 420/14 (Supersimples). Há ainda possível movimentação da CNM (Confederação Nacional de Municípios) com prefeitos em Brasília, podendo alterar a pauta da casa.

No Senado Federal destacamos a possível votação do PLC 78/18 (cessão onerosa), do PLS 396/17 (que pretende limitar os efeitos da ficha limpa) e o PL 68/18 (distrato). A discussão na casa será carregada de tensão, uma vez que não tem acordo na votação da cessão onerosa e ficha limpa.

Orçamento

A discussão sobre o Orçamento Geral da União para 2019 deve ocupar o Congresso Nacional até o final do ano. A proposta orçamentária para 2019 enviada ao Congresso Nacional e que tramita na forma do PLN 27/18, recebeu 9.379 emendas direcionadas à despesa, o que representa 88.3 bilhões de reais em gastos para 2019. Entretanto, apenas 15.5% (13.7 bilhões de reais) tem execução obrigatória, como é o caso das emendas individuais. Todo o resto depende de condições fiscais e políticas para serem executados. Na última terça-feira (dia de 13 de novembro) o relatório da receita orçamentária, elaborado pelo Dep. Alceu Moreira (MDB/RS), foi aprovado pela Comissão Mista de Orçamento (CMO).

De acordo com o cronograma, o próximo passo será a apresentação do relatório preliminar pelo relator-geral da proposta orçamentária, senador Waldemir Moka (MDB-MS), o que deverá ser divulgado até a próxima sexta-feira (dia 23 de novembro), com as regras para análise do projeto, como atendimento de emendas e prioridades para o próximo ano. Contudo, é possível que o orçamento receba modificações para adequação do texto às mudanças propostas para o novo desenho da Esplanada dos Ministérios do próximo governo.

Avaliação: É possível que o Executivo envie uma mensagem modificativa antes da votação do relatório preliminar na CMO. Caso isso ocorra, os prazos, como o de apresentação de emendas, devem ser alargados. Esse possível atraso no cronograma estipulado não deve prejudicar o prazo final de votação pelo Plenário do Congresso Nacional que, de acordo com a Constituição, é até o dia 22 de dezembro, último dia dos trabalhos do Congresso. Este ano não restará aos parlamentares margem de receita extra para atender as despesas e o presidente eleito assumirá o governo no próximo ano com um desafio: respeitar a regra de ouro! Tudo isso em um cenário onde os parlamentares já autorizaram despesas extras de R$8,5 bilhões de reais a partir de 2019.

Medidas Provisórias

Medida Provisória nº 844/18 – Marco Legal do Saneamento Básico

A medida provisória 844/2018, que trata do marco do saneamento básico, perde eficácia nesta segunda-feira (19). Em 31/10, o governo conseguiu aprovar o relatório do Senador Valdir Raupp (MDB/RO) em forma do projeto de conversão na Comissão Mista, que logo depois seguiu para a Câmara, mas que sem acordo com a oposição, ainda não foi lida em Plenário.

Avaliação: Como o governo não conseguiu acordo para a votação em Plenário, a MP caduca nesta segunda-feira. Não há previsão de sessão na segunda-feira, mas caso haja sessão extraordinária, a MP não vai interferir no andamento das outras medidas provisórias que estão previstas na pauta da semana.

Medida Provisória nº 845/18 – Fundo Nacional do Desenvolvimento Ferroviário

A medida provisória 845/2018 foi editada em meio ao processo de renovação da Estrada de Ferro Carajás. Na tentativa de compensar o Estado do Pará – que não foi contemplado com a destinação de recursos proposta pelo Executivo pela renovação da outorga de Carajás – o governo editou a MP, criando um fundo ferroviário para fomentar o setor ferroviário, e ainda, abarcando no texto, um trecho considerado pelo estado de extrema importância para o seu desenvolvimento.

Na última quarta-feira (14) o relatório do Deputado Lúcio Vale (PR/PA) foi aprovado na Comissão Mista, depois de fechado acordo entre o governo e parlamentares do Pará e Mato Grosso.

Avaliação: A matéria encontra-se na pauta da Câmara do dia 21, o cenário de aprovação com acordo na comissão indica possível aprovação em Plenário, mas se tratando de uma matéria polêmica e com interesses distintos em jogo, é possível que não haja votação. Se aprovada na Câmara seguirá para o Senado, devendo ser deliberada até o dia 28/11, quando a MP perde a sua eficácia.

Medida Provisória nº 851/18 – Fundos Patrimoniais

A Medida Provisória 851/18 que regulamenta a criação dos fundos patrimoniais (endowment funds) deve receber parecer de sua relatora, Dep. Bruna Furlan (PSDB/SP), ainda essa semana. Ao seu texto foram apresentadas 114 sugestões de emenda, ocorreram diversas audiências públicas e, mesmo sem consenso, a MP sofre uma forte pressão dos parlamentares e de vários setores envolvidos para ser aprovada ainda neste ano.

Avaliação: A falta de consenso recai sobre dois pontos: a substituição dos recursos orçamentários por eventuais doações obtidas junto a particulares (Capitulo III que institui o Programa de Fomento à Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação – Programa de Excelência) e a criação de incentivos fiscais para fomentar doações por meio do abatimento no Imposto de Renda.

De olho nas MPs

Aguardando leitura no Plenário do Senado:

MP 848/2018 – Destina recursos do FGTS para crédito a hospitais filantrópicos

Aguardando leitura no Plenário da Câmara:

MP 844/2018 – Marco Legal do Saneamento Básico

MP 845/2018 – Cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Ferroviário

MP 846/2018 – Destina recursos das loterias para cultura e esporte

Comissão Mista:

MP 847/2018 – Subvenção econômica para óleo diesel nas importações

Aguardando instalação da Comissão.

MP 849/2018 – Cancela aumentos de servidores públicos

Aguardando designação do relator.

MP 850/2018 – Agência Brasileira de Museus

Aguardando designação do relator.

MP 851/2018– Fundos Patrimoniais

Apreciação de relatório na quarta-feira (21), às 14:30h.

MP 852/2018 – Gestão de imóveis da União

Matéria com a relatoria.

MP 853/2018 – Reabre prazo de opção para previdência de servidores públicos

Aguardando designação do relator.

MP 854/2018 – Antecipação de honorários periciais

Aguardando instalação da Comissão.

MP 855/2018 – Distribuidoras de Energia

Aguardando recebimento de emendas.

MP 856/2018 – Prestador temporário de energia elétrica

Aguardando recebimento de emendas.

Apesar de favorável aos incentivos fiscais, a relatora se comprometeu a construir e apresentar um texto passível de aprovação na Comissão Mista e nos Plenário das Casas.

Medidas Provisórias n° 855 e 856/2018 - MPs das distribuidoras da Eletrobrás não leiloadas

O governo editou duas MPs (855 e 856, ambas publicadas no dia 14/11) para viabilizar a privatização das duas distribuidoras da Eletrobrás ainda não leiloadas: a Amazonas Energia, com leilão marcado para o dia 27/11, e a CEAL (Alagoas), cujo leilão está suspenso por ordem judicial. O leilão da Amazonas Energia, inicialmente marcado para o dia 25/10, foi adiado depois que o Senado rejeitou o PLC 77/18 que pretendia equacionar os passivos das distribuidoras. Pela MP 855, as distribuidoras não leiloadas receberiam R$ 3 bi da conta de RGR (administrada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) para cobrir indenizações a partir de julho de 2017 até a data da venda à futura concessionária. Caso as indenizações do fundo RGR sejam insuficientes, o fundo CDE (também administrado pela CCEE) cobrirá a diferença. Já a MP 856 autoriza a Aneel a contratar uma nova operadora para Amazonas Energia depois de março de 2019, caso o leilão fracasse. Esta nova operadora teria um prazo de operação de até 24 meses.

Avaliação: É improvável que o Congresso tenha tempo de votar as duas MPs antes do leilão marcado pelo dia 27/11. Porém, a MP 855 permite que as distribuidoras não leiloadas na data de publicação da MP (ou seja, no dia 14/11) já recebam recursos das contas RGR/CDE. Ou seja, caso a compensação seja sinalizada, ou melhor, executada nos próximos dias, a atratividade da Amazonas Energia pode aumentar antes do leilão no dia 27/11. Caso contrário, o cenário previsto pela MP 856 entra em cena, empurrando o problema da privatização da Amazonas Energia e da CEAL para o próximo governo.

Câmara dos Deputados

PLP 441/2017 – Cadastro Positivo

O PLP 441/2017, que pretende viabilizar a criação de bancos de dados com informações acerca do cumprimento de obrigações financeiras por parte dos consumidores, não foi aprovado no semestre passado e, graças às resistências capitaneadas, principalmente, pelos Cartórios, está mais uma vez na pauta da Câmara. Como há interesse do governo e de algumas lideranças em aprovar o assunto, uma das alternativas é promover um acordo em cima dos destaques para que o projeto volte ao Senado, onde seria mais fácil recuperar o texto original.

Avaliação: O texto principal da proposta foi aprovado pelos deputados no começo de maio (dia 09), mas existem destaques, como o que pretende evitar o envio de informações financeiras aos gestores de banco de dados sem quebra de sigilo bancário, que carecem de consenso por parte das lideranças parlamentares e estão sendo usados para obstrução política.

Senado Federal

PLC 68/2018 – Distrato

O PLC 68/2018, que regulamenta a rescisão de contrato de imóvel comprado na planta, foi aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado após polêmica. Em julho a proposição havia sido rejeitada na CAE, mas, após recurso, foi à Plenário e recebeu novas emendas, o que fez com que o projeto retornasse à CAE, sendo designado novo relator: Armando Monteiro (PTB/PB).

Avaliação: O relatório, com grande parte das emendas acatadas, foi aprovado pela comissão, e agora, o texto se encontra na pauta do dia 20/11 do Senado. O projeto é de interesse comum, e por ter acordo, tende a ser votado. Entretanto, as pautas da cessão onerosa e da ficha limpa podem dominar a discussão no Senado, deixando essa votação de lado.

PLC 78/2018– Cessão Onerosa

Depois de aprovado pela Câmara em julho, o PLC 78/18 (originalmente PL 8939/17 que trata da cessão onerosa) está na pauta do Senado de terça-feira (20/11), depois de um acordo esboçado entre o futuro ministro da Economia, Paulo Guedes, e o presidente do Senado, Eunício Oliveira (MDB-CE). O projeto de lei visa resolver uma disputa de compensação entre a União e a Petrobras decorrente do aumento do capital da empresa em 2010, quando o Tesouro concedeu o direito à Petrobras de explorar 5 bilhões de barris de petróleo em área do pré-sal em troca de parcela da União no aumento de capital, operação chamada de "cessão onerosa". Novas estimativas, porém, consideram que essa área contem reservas de pelo menos 11 bilhões de barris de petróleo. O PL permite que o governo leiloe o excedente para o mercado.

Avaliação: O futuro leilão daria um fôlego fiscal importantíssimo para o futuro Governo Bolsonaro. Segundo estimativas do governo, o leilão do excedente da área da cessão onerosa (que precisa ainda do aval do TCU) poderia arrecadar entre R$80-R$100 bi para os cofres do governo (já descontando o valor que a União teria que repassar a Petrobras) – uma receita extraordinária que ajudaria o novo governo reduzir o déficit primário para 2019, estimada em -R$139 bi. Para liberar a votação no Senado, a equipe de transição e o presidente do Senado esboçaram um acordo, já anunciado para 19 governadores-eleitos, pelo qual a União compartilharia o valor a ser arrecadado com os estados e municípios. A ideia do acordo é justamente para viabilizar a votação no Senado, que está tramitando em regime de urgência.

Transição de Governo

Hoje (19/11), o economista **Roberto Castello Branco**, diretor da FGV e ex-economista-chefe da Vale, foi confirmado pela equipe da transição como futuro **presidente da Petrobras**, em substituição a Ivan Monteiro.

Na semana passada a equipe de transição já anunciou quatro novos integrantes do futuro governo.

Para o **Banco Central**, foi confirmado que o presidente atual da instituição, Ilan Goldfajn, deixará o cargo e será substituído pelo economista **Roberto Campos Neto**, atualmente diretor do Banco Santander. O indicado precisa passar pela sabatina no Senado antes de ser empossado. O cargo de presidente do Banco Central pode deixar de ter *status* de ministro caso o Congresso vote o projeto de independência política da instituição, conforme os planos do futuro governo.

Para a equipe econômica, a permanência do **Secretário do Tesouro**, **Mansueto Almeida**, foi confirmada. O economista (servidor licenciado do Ipea) é especialista em contas públicas e foi uma das "cabeças" do processo do ajuste fiscal do Governo Temer.

A indicação do **futuro chanceler**, o diplomata **Ernesto Araújo**, foi um anúncio que gerou uma repercussão negativa na imprensa, que destacou algumas posições controvérsas do futuro ministro. O New York Times e a Bloomberg apontaram o "nacionalismo conservador" de Araújo, chamando-o de "fã" do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, enquanto os jornais britânicos The Guardian e The Independent focaram na opinião do futuro ministro que as mudanças climáticas são "conspiração marxista". Dentro do Itamaraty, o nome do Ernesto Araújo também gerou alguns atritos entre membros da hierarquia que acham que o nome não é suficientemente "sênior" ou representativo da diplomacia para encabeçar o ministério. Com o novo governo entrando em exercício já precisando atenuar fricções com alguns dos principais parceiros comerciais do país, o novo chanceler poderia enfrenar resistências internas e externas.

Novas indicações para os ministérios devem ser anunciadas ainda essa semana. Para o Ministério de Minas e Energia, os nomes mais cotados são: Paulo Pedrosa, uma indicação do vice-presidente eleito, General Hamilton Mourão, e Adriano Pires, atual diretor do CBIE. Para o Ministério da Educação o nome cotado é Viviane Senna, presidente do Instituto Ayrton Senna. Outros ministérios que devem receber indicação ainda esta semana é o da Infraestrutura, uma vez que o General Oswaldo Ferreira desistiu de assumir a pasta, e o da Saúde.

Nomes confirmados:

Ministérios Palacianos:

- **Casa Civil:** Onyx Lorenzoni (DEM-RS)
- **Gabinete de Segurança Institucional:** Augusto Heleno (PRP)

Esplanada:

- **Agricultura:** Tereza Cristina (DEM-MS)
- **Ciência e Tecnologia:** Marcos Pontes (PSL-SP)
- **Defesa:** Fernando Azevedo e Silva (sem partido)
- **Economia:** Paulo Guedes (sem partido)
- **Justiça e Segurança Pública:** Sérgio Moro (sem partido)
- **Relações Exteriores:** Ernesto Araújo (sem partido)